



ATA DO EDITAL Nº. 3280/2022
INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO PARA REPASSE
POR EMENDA DE VEREADOR AO CTG SENTINELA DOS CERROS

A Comissão de Seleção Para Processar Inexigibilidade de Chamamentos Públicos, designada pela Portaria nº. 24.737 de 04 de julho de 2022, através do titular Renato Silveira da Rosa, designado presidente, e membros Cátia Regina Loureiro Bortoluzzi e Kellen Pedroso Pereira, realizou no dia quatro de agosto de dois mil e vinte e dois, com início às 10horas, na sala de reuniões da Secretaria de Município da Cultura e Turismo, sito à rua Ulhoa Cintra, 283, a sessão de verificação de documentos do Edital de Inexigibilidade de Chamamento Público nº.3280/2022, Processo nº. 1316/2022, justificativa nº. 16/2022 – Secretaria de Município da Cultura e Turismo. O edital em tela trata do apoio a entidade cultural **CTG SENTINELA DOS CERROS – CNPJ 87.682.894/0001-25**, entidade beneficiária da emenda nº. 83/2022, retificada pela indicação nº. 143 de autoria do vereador Marco Vivian Taschetto, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), através dos procedimentos da Lei Federal 13019/2014 e Decreto Municipal nº3807/2017. O colegiado realizou a conferência do envelope sob Protocolo nº 238, SECULTUR datado em 29/07/2022 contendo o plano de trabalho, orçamentos e a documentação do apêndice B do Decreto 3807/2017. Sobre o plano de trabalho, os membros analisaram que apresentou elementos previstos no art. 22 da Lei 13019/2014 que trata das diretrizes de elaboração do plano de trabalho, ressaltamos que os itens a serem adquiridos como as quantidades e os valores dos materiais para reforma da cobertura da cozinha da sede campestre, consta nos orçamentos. No detalhamento da aplicação do recurso, a entidade indicou o valor global, por itens da seguinte forma: material para manutenção de bem, no total de R\$ 10.900,00, e os serviços de mão de obra, sendo separados por ações, considerando os respectivos valores de R\$ 1.380,00 e R\$ 7.920,00, somando-se estes serviços no total de R\$ 9.300,00, considerando todas as despesas de execução do projeto no valor de R\$ 20.200,00 (vinte mil e duzentos reais). O colegiado observou que a entidade optou por utilizar o valor total global da reforma do telhado da cozinha da sede campestre, e não o valor por item. Considerando o valor do recurso disponível todo o valor excedente será a contrapartida financeira da entidade. No plano não fica evidenciado quais escolas públicas e as entidades sociais, bem como o número de pessoas, que serão convidadas para as atividades da semana farroupilha, e qual relação das atividades previstas e aquelas que serão na cozinha da sede. Sugere-se que a gestão da secretaria responsável pelo repasse, solicite a entidade que a mesma apresente novas informações para dimensionar o custo social da ação e a forma de execução da visitação, da oferta de brindes e das palestras. O colegiado após análise criteriosa dos documentos relacionados no Apêndice B do Decreto nº.3807/2017, confere que foram entregues parcialmente, sendo que foi apurada a falta dos seguintes itens: **1.3 (art. 33, IV)** - as demonstrações contábeis do último exercício; e o **item 2.2 (art. 33, V, b)**: evidenciar experiência prévia na realização efetiva do objeto da parceria; **item 3.1 (art. 34,II)** – prova de regularidade com a Fazenda Estadual e a Fazenda Municipal. Sugere-se que



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇAPAVA DO SUL

CNPJ:88.142.302/0001-45 - Fone/fax:(55)3281-1351 - Rua XV de Novembro,438 - CEP 96.570-000 - Caçapava do Sul-RS

entidade seja notificada sobre os documentos faltantes, pois se trata do cumprimento de todos os requisitos previstos no art 33 da lei 13.019/2014, que são obrigatórios para celebração de parcerias com a Administração Pública Municipal. Os demais documentos exigidos nos artigos 33, 34 e 39 foram entregues pela entidade conforme exigido. Com relação ao **item 1.2 (art. 33, III)**, este colegiado entende que mesmo prevendo em seu estatuto que na dissolução haverá a transferência para outra entidade congênere, há uma cláusula no art. 9º do estatuto que prevê o sócio patrimonial com direito ao patrimônio da entidade, portanto, nesta análise apontamos que poderá configurar divergência ao que prevê a lei 13.019/2014 em seu artigo 2º, inciso I, letra A. Portanto, deverá ser analisada juridicamente estes aspectos para conclusão sobre o cumprimento deste dispositivo. Após nossas considerações, seguindo os trâmites previstos na legislação vigente, segue o processo nº. 1316/2022 para a fase de parecer técnico da Secretaria de Município da Cultura e Turismo e, posterior parecer jurídico, para deliberar quanto aos aspectos legais da inexigibilidade de chamamento público, e celebração da parceria conforme previsto no art.35 da Lei 13.019/2014. Posto isso, encerra-se esta reunião às 12h30, sendo lavrada a ata que vai assinada pelos membros citados na abertura. *Bátista Botoluzzi, Kellen Pedroso Pereira, Renato S. da Rosa*



ANEXO II - REQUISITOS DE DOCUMENTAÇÃO PARA UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DO MUNICÍPIO (CHECK-LIST)

OSC: CTG Sentinela dos Cerros CNPJ: 87.682.894/0001-25

Edital nº.3280/2022 – Inexigibilidade de chamamento público- emenda nº83/2022 - Secultur

Conferência final: 04/08/2022

Fundamentação Legal: Lei 13.019/2019 art. 33, 34 e 39 ; Decreto 3.807/2017

1) Normas de Organização Interna	Base Legal 13.019/14	Sim	Não
Requisitos estatutários e regras contábeis			
1.1 Ter objetivos em seu estatuto social voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social (não exigido para organizações religiosas e entidades sociedades cooperativas)	Art. 33, I	X	
1.2 Ter previsto no estatuto que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido será transferido a outra pessoa jurídica de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta (não exigido para Acordos de Cooperação, para organizações religiosas e entidades sociedades cooperativas)	Art. 33, III	X	
1.3 Manter contabilidade regular com observância aos princípios fundamentais da contabilidade e às normas brasileiras de contabilidade - apresentar declaração firmada pelo contador da entidade que a mesma faz observância aos princípios e normas da contabilidade - apresentar as demonstrações contábeis do último exercício (não exigido para Acordos de Cooperação)	Art. 33, IV	X	X
2) Normas de Organização Interna			
2.1 Evidenciar no mínimo 1 (um) ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no cadastro nacional da pessoa jurídica. - fotocópia do cartão do CNPJ com, no mínimo um ano de existência com cadastro ativo	Art. 33, V, a	X	
2.2 Evidenciar experiência prévia na realização, com efetividade do objeto da parceria ou de natureza semelhante: - atestados de experiência emitidos por organizações/órgãos públicos para os quais realizou ações semelhantes contendo a descrição do trabalho realizado de forma pormenorizada, o número de beneficiários, bem como os resultados alcançados. - notícias veiculadas na mídia em diferentes suportes sobre atividades desenvolvidas - publicações e pesquisas realizadas ou outras formas de conhecimento; - prêmios locais ou internacionais recebidos	Art. 33, V, b		X
2.3 Evidenciar instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas - Declaração contendo a estrutura de recursos humanos e estrutura física da qual dispõe a entidade para a realização da ação objeto do termo de parceria compatível com as exigências do edital	Art. 33, V, c	X	
3) Exigências de documentação			
3.1 Apresentar certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuição e de dívida ativa: - Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, mediante apresentação da certidão negativa expedida pela Procuradoria da Fazenda Nacional (Dívida Ativa da União) e da Secretaria da Receita Federal. - Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede da organização social: - Prova de regularidade relativa à seguridade social (INSS); - Prova de regularidade de situação junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);	Art. 34, II	X	X X

h ffp CB



- Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho mediante apresentação de certidão negativa de débitos trabalhistas.		X	
3.2 Apresentar certidão de existência jurídica expedida pelo cartório de registro civil ou cópia do estatuto registrado e eventuais alterações	Art. 34, III	X	
3.3 Apresentar cópia da ata de eleição do quadro dirigente atual	Art. 34, V	X	
3.4 Apresentar relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no cadastro das pessoas físicas – C.P.F. da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB)	Art. 34, VI	X	
3.5 Apresentar cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado. - comprovante de água, energia elétrica ou telefone em nome da entidade, contrato de locação, instrumento de concessão real de uso.	Art. 34, VII	X	
3.6 Apresentar declaração do representante legal da organização da sociedade civil informando que a organização e seus dirigentes não incorrem em qualquer das vedações previstas no art. 39 da lei 13.019/2014.	Art. 39	X	
5) Exigências Lei 11.494/2007 - Fundeb			
5.1. Declaração de fornecimento de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e atendimento educacional gratuito a todos os seus alunos;	Art.89§29, I		-----
5.2 Comprovação através do estatuto social e/ou declaração de finalidade não lucrativa e aplicação de seus excedentes financeiros em educação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1o, 3o e 4o do art. 89 da Lei 11.494/2007;	Art.89§29, II		-----
5.3. Comprovação através do estatuto social da destinação de seu patrimônio a outra escola comunitária, filantrópica ou confessional com atuação na etapa ou modalidade previstas nos §§ 1o, 3o e 4o do art. 89 da Lei 11.494/2007 ou ao poder público no caso do encerramento de suas atividades;	Art.89 § 29, III		-----
5.4. Documento expedido pelo Conselho municipal de educação de que atendera padrões mínimos de qualidade definidos por este órgão normativo do sistema de ensino, inclusive, bem como possui aprovados seus projetos pedagógicos;	Art. 89 § 29,VI		-----
5.5 Apresentação do Certificado do Conselho Nacional de Assistência Social ou órgão equivalente, na forma do regulamento.	Art. 89 § 29,V		-----

Foram conferidos e averiguados os documentos entregues pela OSC ao Setor das Parcerias/Secultur sob o Protocolo Nº. 238 de 29/07/2022, pela Comissão de Seleção designada pela Portaria nº. 24.737 de 04 de julho de 2022.

Observações: Foi registrado em ata a falta de DRE (item 1.3); experiência prévia (2.2) e as certidões da Fazenda Estadual e da Fazenda Municipal (3.1), a análise do art. 33, III, dissolução da entidade (1.2)

Caçapava do Sul, 04 de agosto de 2022.

Renato Silveira da Rosa: Renato Silveira da Rosa

Kellen Pedro Pereira: Kellen Pedro Pereira

Catia Regina Loureiro Bortoluzzi: Catia Bortoluzzi